

FLÁVIA
OLIVEIRA



blogs.oglobo.globo.com/opiniao
flo.coluna@gmail.com



Precisamos falar de Política Social

Quando prestarem contas sobre as centenas de milhares de vidas que a pandemia da Covid-19 ceifou no país, o governo Jair Bolsonaro e o Congresso Nacional também terão de explicar por que aprovaram e aplicaram um programa tão errático para enfrentar a fome e a pobreza. Fundamental para atenuar a vulnerabilidade decorrente da combinação nefasta de crises sanitária, econômica e social, o auxílio emergencial está longe de ser uma política social de excelência, por ineficiente, mal elaborada, imprevisível. Após o hiato injustificado de um trimestre, retornou neste abril em valor e formato claramente insuficientes para dar alívio às famílias e, como em 2020, ajudar no combate à pandemia e na recuperação da atividade.

Qualquer indivíduo minimamente envolvido no debate sobre políticas públicas sabe que não é eficiente um programa em que um quinto dos recursos teve destino irregular. Foi essa a conclusão do ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, no “Balanço da fiscalização do auxílio emergencial”, publicado em fevereiro passado. “O Auxílio Emergencial foi tempestivo e alcançou trabalhadores sem renda formal, porém os altos índices de pagamentos indevidos resultaram em desperdício de recursos públicos”, resu-

me o documento de 34 páginas.

O acompanhamento identificou 7,3 milhões de beneficiários fora dos requisitos legais, incluindo servidores militares e civis, além de 6,4 milhões de mães sem cônjuges que receberam cota excedente. O par de erros gerou, num orçamento de R\$ 293,1 bilhões, R\$ 54 bilhões de pagamentos indevidos (18% do total). Era dinheiro suficiente para oferecer auxílio de R\$ 300 a 60 milhões de brasileiros por três meses, segundo o TCU. Este ano, o governo reservou R\$ 44 bilhões para a nova rodada.

O auxílio emergencial foi política social errática, em montanha-russa. Saiu do papel, um ano atrás, por pressão da sociedade civil organizada e do Congresso Nacional, sobretudo das bancadas de oposição. Na origem, Paulo Guedes e equipe econômica ofereceram benefício de R\$ 200. No Parlamento, o valor passou a R\$ 500; chegou a R\$ 600 por bem-vinda sugestão do presidente da República. Desde o início, estava claro que a crise sanitária se estenderia por pelo menos um ano. A Rede Brasileira da Renda Básica tentou avançar no debate de uma política permanente, em linha com variáveis estruturais que minam as condições de vida no Brasil, a começar pela precarização do mercado de trabalho.

O auxílio emergencial foi criado para durar cinco meses, com benefício médio de R\$ 600, com inscrição por aplicativo e pa-

gamento via contas digitais, uma complicação para os mais pobres. Ainda assim, aquele foi o melhor momento do programa, seja do ponto de vista da cobertura (68 milhões de beneficiários) e redução da pobreza, quanto da contribuição ao isolamento social e às atividades do comércio e da indústria. Foi essa a chave para o PIB brasileiro ter recuado 4,1% em 2020, não 9,1% como chegou a ser previsto pelo Fundo Monetário Internacional. O economista Marcelo Neri, da FGV Social, estima que, entre fevereiro e agosto de 2020, a proporção de pobres (renda per capita inferior a R\$ 246) caiu à metade: de 10,97% para 4,52%.

Dali em diante, foi ladeira abaixo. O benefício foi reduzido para R\$ 300 por três meses e, na virada do ano, desapareceu. A economia desacelerou, e a vulnerabilidade social recrudescceu. Nas contas de Neri, o total de pobres saiu de 9,5 milhões em agosto de 2020 para 27,2 milhões em fevereiro deste ano. O inquérito da Rede Penssan revelou que mais da metade dos lares (55,2%) conviviam com algum nível de insegurança alimentar nos três últimos meses de 2020, contra 36,7% dois anos antes. Havia 116,8 milhões de brasileiros sem acesso pleno e permanente a alimentos. Dentre eles, 19,1 milhões (9% da população) passavam fome — não à toa, organizações da sociedade civil reativaram campanhas de doação de cestas básicas, água e kits de higiene.

“A partir da virada do ano, a gestão da crise entra no estágio criminoso, porque o auxílio emergencial foi suspenso, e a pandemia se agravou. Governo e Congresso não só demoraram, como aprovaram um valor irrisório, que não dará conta da crise aguda. Nossa impressão é que a situação ficará tão difícil, com tensão social crescente, que haverá revisão do benefício”, diz o economista Francisco Menezes, analista de Políticas e Programas da ONG ActionAid.

A nova rodada do auxílio emergencial está prevista para durar quatro meses e pagará R\$ 150 (pessoas sozinhas), R\$ 250 (demais famílias) ou R\$ 375 (mães sem cônjuges) aos 45,6 milhões de beneficiários de dezembro, como se a miséria estivesse estacionada em 2020. São valores que não compram uma cesta básica. É ação inadequada para o país que organizou o Cadastro Único (imenso banco de dados dos lares mais pobres) e pôs de pé o Bolsa Família (programa de transferência com benefício variável, de acordo com a quantidade crianças, idosos, gestantes). “Se tivesse interesse verdadeiro na população, o governo implantaria um programa mais eficiente, justo e duradouro. Mas a política pública atual não é norteadada pelo bem-estar, mas por uma ajuda assemelhada a caridade, esmola”, resume o geógrafo Jailson Souza e Silva, fundador do Observatório de Favelas. Precisamos falar sobre política social, com “P” maiúsculo.

